

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal Ano III - Nº 409 - Brasília, segunda-feira, 24 de fevereiro de 1997

ACM garante apoio total à CPI dos Precatórios

Presidente afirma que o Senado levará à frente todas as iniciativas que disserem respeito à moralidade pública. "Vamos até o fim", promete



O trabalho de modernização da Biblioteca do Senado, com especial destaque para a preservação do acervo de obras raras, vai continuar. A garantia foi dada pelo pre-

sidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao visitar sexta-feira as instalações da Biblioteca. Ele considerou importante divulgar a existência desse acervo. Pág. 7

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assegurou sexta-feira que a CPI dos Precatórios terá todo o apoio necessário para apurar "a fundo" os fatos levantados, de forma que não parem dúvidas quanto à lisura e ao respeito à moralidade pública. O senador destacou que os trabalhos da CPI evoluem como parte das obrigações de fiscalização do Legislativo, e disse que, se forem descobertos crimes, as punições serão solicitadas às autoridades competentes.

- Como presidente da Casa, não posso participar de debates, nem externar minha opinião sobre os fatos, mas posso dizer que o Senado levará à frente todas as iniciativas que disserem respeito à moralidade pública. Vamos até o fim - garantiu.

O presidente do Senado advertiu, porém, contra os efeitos negativos de uma ampliação "leviana" do âmbito da CPI:

- Não podemos antecipar que vamos investigar todo o sistema financeiro, pois isto seria uma leviandade; mas é claro que o faremos se as conclusões realmente levarem a isso. Seria leviano e poderia trazer grandes prejuízos ao país dar à CPI uma amplitude maior do que a necessária - afirmou.

Indagado sobre a oportunidade de se colocar o Banco Central sob investigação, o presidente do Senado afirmou que, conforme os fatos forem surgindo, "as autoridades monetárias e financeiras do país vão ter que ir dando as explicações necessárias".

Missa de 7º dia para Darcy Ribeiro, hoje

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convida para a missa de 7º dia do senador Darcy Ribeiro, a realizar-se hoje, às 18h, na Catedral de Brasília.

Projeto Caboclo busca equilíbrio na ocupação da Amazônia

O Projeto Caboclo, idealizado pelo falecido senador Darcy Ribeiro, prevê a ocupação permanente e ecologicamente equilibrada da Amazônia por meio de comunidades autônomas. A intenção é impedir que os povos da floresta continuem sendo expulsos da terra e condenados à miséria nas grandes cidades. **Página 8**

NESTA EDIÇÃO

Nabor Júnior condena cortes no Orçamento

Página 3

Hollanda cita as vantagens da lei de doação de órgãos

Página 7

Requião acusa secretário paulistano de falso testemunho

Relator da CPI do Senado contesta afirmação do depoente de que prefeitura usou dinheiro de títulos só para pagar precatórios

O relator da CPI do Senado que investiga irregularidades na emissão de títulos estaduais, senador Roberto Requião (PMDB-PR), acusou o secretário de Finanças do município de São Paulo, José Antônio de Freitas, de mentir ao depor à comissão, na noite da última quinta-feira (dia 20). O secretário afirmou que a prefeitura paulistana usou dinheiro de títulos lançados para pagar precatórios "apenas no pagamento de precatórios".

- O secretário está mentindo. Ele está prestando um falso testemunho. A prefeitura de São Paulo jogava o dinheiro dos precatórios num caixa geral e pagava outras despesas, sim, desde a administração de Lúza Erundina. Esta CPI não é brincadeira e o senhor está insultando a inteligência dos senadores - afirmou Roberto Requião.



Roberto Requião

O senador José Serra (PSDB-SP) também contestou o secretário de Finanças da prefeitura de São Paulo. "Está bem claro que recursos de títulos foram utilizados para pagamentos outros que não precatórios. Os recursos destinados aos precatórios foram jogados num caixa comum", assinalou José Serra. Ele lembrou que a Resolução 69 do Senado, que trata de endividamento dos estados, é clara ao determinar que dinheiro de títulos lançados para quitar precatórios não pode ter outra destinação.

O senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) também insistiu com o secretário de Finanças do município de São Paulo: "Nenhum recurso destinado a pagamento de precatório foi utilizado para outra finalidade?" Resposta do secretário José Antônio de Freitas: "Dinheiro de precatório está sendo usado para pagar precatório."

Para o senador Roberto Requião, a situação de São Paulo não difere da situação de outros estados e municípios, que também juntam num caixa único recursos para pagamento de precatórios e de outras despesas, como salários de servidores. Requião disse ainda que o próprio secretário sabe que a intervenção numa prefeitura "é uma dificuldade jurídica" no Brasil. Por isso, o secretário "não teve dificuldades em falsear a verdade perante a CPI".

Demissão de 33 é ato de rotina, segundo ACM

O senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, afirmou sexta-feira, em entrevista à imprensa, que a demissão de 33 pessoas que exerciam cargos de confiança na presidência da Casa foi uma medida rotineira.

ACM explicou que, na mudança de comando de uma instituição, as pessoas que exercem cargos de confiança apresentam seus pedidos de demissão, havendo exoneração apenas quando os cargos não são colocados à disposição. A seu ver, cabe à nova autoridade avaliar a necessidade dos trabalhos que eram exercidos e promover as indicações que julgar necessárias.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

18h - Participa da Missa de Sétimo Dia do senador Darcy Ribeiro. *Catedral de Brasília*

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

ESPECIAL

18h - Missa de Sétimo Dia do senador Darcy Ribeiro. *Catedral de Brasília*

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (25.02.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 93/95, que altera a Lei nº 8.432/92, para redefinir as jurisdições das Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho; *PLC nº 102/95, que institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica; e *PLS nº 319/95, que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Quarta-feira (26.02.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *4 PDLs renovando concessão de rádios em Salvador, Porto Alegre, Indaiatuba e Ourinhos, no estado de São Paulo; *Substitutivo ao PLS nº 79/95, que dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação; e *Mensa-

gens nºs 244, 249/96 e 47 e 51/97, submetendo à apreciação do Senado os nomes dos diplomatas Amaldo Carrilho para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil na Tailândia, exercer a de embaixador do Brasil junto a Laos; João Carlos de Souza-Gomes, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Costa Rica; Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio, para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República Italiana; a de embaixador do Brasil junto à Albânia; e Edgard Telles Ribeiro para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia.

Quinta-feira (27.02.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Substitutivo do Senado ao PLC nº 102/92, que amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório; *PLC nº 104/95, que determina que as câmaras municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; *PLC nº 44/96, que dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito; *PLS nº 73/96, que institui o Serviço Comunitário de Telecomunicações; e *PLS nº 142/96, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural.

COMISSÕES

Quarta-feira (26.02.97)

17h - CPI dos Títulos Públicos

Pauta: Depoimentos do secretário de Economia e Planejamento da prefeitura de Guarulhos, Jairo Cândido; do secretário de Negócios da Fazenda da prefeitura de Osasco, Roberto Sanchez; do secretário da Fazenda de Pernambuco, Eduardo Campos; e do ex-secretário municipal de Finanças da prefeitura de Campinas, Geraldo Biasoto Júnior. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

Nabor alerta sobre cortes no Orçamento

Senador teme que todas as emendas do Legislativo sejam prejudicadas com a intenção do governo de reduzir R\$ 10 bilhões. Ele critica a insensibilidade dos tecnocratas do setor

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) chamou sexta-feira a atenção da Casa e do país para o risco de corte, pelo Executivo, de todas as emendas do Legislativo incluídas na lei orçamentária deste ano. Ele referiu-se a notícias de que o governo pretende cortar R\$ 10 bilhões do Orçamento da União, dos quais R\$ 7 bilhões serão destinados ao pagamento da dívida pública.

As cerca de 11 mil propostas dos parlamentares, segundo o senador, são "uma gota d'água no universo de R\$ 431 bilhões, dos quais mais da metade - R\$ 223 bilhões - será queimada na fogueira da dívida pública mobiliária federal".

Nabor Júnior contestou



Nabor Júnior

o argumento daqueles para quem as emendas parlamentares são "parquiais" e "fisiológicas", dizendo que, ao invés de desfigurarem o Orçamento, elas ajustam as despesas orçamentárias à realidade das aspirações do país.

- Uma balsa para a municipalidade de Marechal Thaumaturgo (AC) pode parecer um reles detalhe paroquial para os gênios

dos gabinetes refrigerados, mas é vital para a sobrevivência dos brasileiros que constroem e garantem as fronteiras distantes da Pátria - disse.

Para o senador, o fato é que há uma questão conceitual que nem sempre é entendida como deveria ser: os técnicos devem redigir propostas dentro de suas óticas teóricas ou burocráticas, mas é aos representantes do povo que cabe sua adequação aos anseios da nação. Na opinião de Nabor Júnior, os tecnocratas obedecem, talvez inconscientemente, às barreiras criadas pelo Tratado de Tordesilhas, pelo qual o Brasil ultrapassaria pouco mais que

sua faixa litorânea.

Os cortes através de vetos, de contingenciamentos ou da simples eliminação das verbas incluídas no Orçamento, pelo Congresso, são frontal desrespeito ao trabalho dos congressistas, como demonstra a execução orçamentária de 1996 relativa ao Acre, frisou o senador. Das cerca de 130 dotações previstas para o estado, apenas 11 foram integralmente empenhadas e liquidadas; 53 foram liquidadas parcialmente; 37 dotações foram autorizadas pelo governo, mas não tiveram o empenho financeiro; 31 sequer foram autorizadas. Do total, menos de 10% das despesas foram efetivamente realizadas, concluiu.

Amorim elogia *Manual do Vereador*, que pretende distribuir em Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) destacou sexta-feira a importância do *Manual do Vereador*, elaborado pelo deputado Vasco Fernandes Furlan (PPB-SC), a pedido da Fundação Milton Campos. A seu ver, essa obra dará aos vereadores "um roteiro seguro para o bom desempenho de suas funções".

- Para bem exercer o seu mandato, o vereador deve conhecer, da melhor maneira possível, as suas prerrogativas, direitos e obrigações.

Assim, o *Manual do Vereador*, sendo de fácil leitura, simples e conciso, é uma importante ferramenta de trabalho - ressaltou o senador.

Ernandes Amorim disse que, com a autorização do autor, irá adaptar o manual às necessidades de Rondônia e distribuí-lo para todos os vereadores do estado. "Assim, estarei prestando aos nossos edis uma contribuição para que possam cumprir o relevante papel que devem desempenhar no interesse público e da população", garantiu.



Ernandes Amorim

ACM prega bom senso para contornar crise

O surgimento de uma crise entre Executivo e Judiciário pode ser contornada, recorrendo-se simplesmente "ao bom senso", e para isso é indispensável observar a regra do respeito mútuo entre os Poderes. A opinião é do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que ressaltou a importância de que "cada um fique no seu lugar" para garantir a boa convivência entre os Poderes.

- A interferência de um Poder no outro é danosa para a harmonia que deve prevalecer entre eles. Cada qual deve manter-se rigorosamente dentro do seu próprio âmbito de atuação, e quem extrapola está desservindo ao país - afirmou.



José Ignácio Ferreira

Ignácio defende porto capixaba de contêineres

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) pediu ao ministro dos Transportes, Alcides José Saldanha, providências para que a Companhia Docas do Espírito Santo e o governo do estado acelerem o processo de arrendamento da área de Barra do Riacho destinada à construção de um porto especializado em contêineres.

Segundo o senador, a Vale do Rio Doce manifestou, há tempos, seu interesse em investir cerca de US\$ 80 milhões no empreendimento, tendo desenvolvido "um excelente e arrojado projeto para implementá-lo". Esse projeto, apresentado à Docas do Espírito Santo em dezembro de 1995, "não mereceu até hoje a publicação do indispensável edital de licitação da referida área, apesar de a legislação vigente exigir que isso seja feito em 30 dias".

A resistência velada à modernização e à expansão dos portos brasileiros, quase sempre feita em nome de um pretensão interesse público, não pode continuar inviabilizando, no Espírito Santo e no Brasil todo, a implantação de projetos como esse da Vale - afirmou José Ignácio.

O senador disse que o sistema portuário brasileiro precisa de investimentos que permitam a sua adequação aos moldes dos países mais competitivos em transporte e comércio internacional. Conforme explicou, existe hoje uma opção crescente por cargas "contêinerizadas", mas o Brasil movimenta apenas 900 mil contêineres por ano, número, a seu ver, muito pequeno quando comparado à potencialidade do país.

Miranda aponta risco de racionamento de energia

Retomada das obras de 26 usinas hidrelétricas em construção no Brasil é fundamental para evitar colapso, afirma o senador

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) defendeu a retomada das obras das 26 usinas hidrelétricas que se acham em construção no Brasil para evitar um futuro racionamento de energia. Segundo disse, já no próximo ano "o país corre o risco de se deparar com uma demanda superior à produção de energia". A conclusão dessas obras, entretanto, proporcionaria "um aumento de 10 mil megawatts na produção brasileira".



Gilberto Miranda

Na opinião de Gilberto Miranda, as autoridades governamentais responsáveis pelo setor têm adotado providências eficientes para enfrentar a crescente

demanda. Entre elas, citou o plano de expansão que, conforme informou, prevê o investimento de R\$ 26,4 bilhões, até o ano 2000, em geração, transmissão e distribuição de energia.

Outra alternativa para suprir o abastecimento em caso de risco, de acordo com o senador, é a utiliza-

ção do gás natural importado da Argentina ou da Bolívia. A compra de energia elétrica da Argentina e do Uruguai, a seu ver, pode ser uma saída a médio prazo, já que seriam necessários investimentos da ordem de R\$ 50 milhões para a construção de estações conversoras.

Para Gilberto Miranda, a implementação da Agência Nacional de Energia (Aneel), em conjunto com as medidas que vêm sendo adotadas pelo ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, deve produzir resultados positivos para o setor.

Valmir quer modificar ascensão funcional de taifeiros da FAB

A redução do número de níveis da carreira de taifeiros da Força Aérea Brasileira foi defendida sexta-feira pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF), de modo a se corrigir "injustiça" que atinge os integrantes dessa categoria. Segundo o senador, esses profissionais precisam permanecer na ativa, atualmente, durante 42 anos para atingir o topo da carreira.

Como se trata de matéria de competência do Executivo, o senador anunciou que vai encaminhar pedido ao presidente Fernando Henrique, por meio do ministro da Aeronáutica, para que seja ana-

lisada a questão dos taifeiros da FAB, visando corrigir aquela distorção mediante o envio de projeto de lei ao Congresso Nacional.

A carreira desses taifeiros, com início na graduação de taifeiro de 2ª classe e continuidade seqüencial nas graduações de taifeiro de 1ª classe, taifeiro-mor, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e suboficial é excessivamente extensa diante do interstício obrigatório de sete anos. A nossa proposta é no sentido de aglutinar-se as graduações de taifeiro de 2ª classe, taifeiro de 1ª classe e



Valmir Campelo

taifeiro-mor em uma só graduação - destacou.

Valmir Campelo afirmou que a situação da categoria "é

um caso de lei impossível", pois, para que alcance o último nível de carreira, o taifeiro terá que permanecer na ativa mais tempo do que lhe é exigido para a passagem para a inatividade - 30 anos de serviço. A seu ver, caso o número de níveis seja reduzido para no máximo cinco, o taifeiro atingiria o último nível da carreira em 28 anos.

Maldaner prega reforma agrária pacífica

Ao cobrar bom senso da UDR e do MST, senador adverte que o país não dispõe de recursos nem de pessoas para implantar imediatamente as mudanças necessárias

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu bom senso aos integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da União Democrática Ruralista (UDR), para que "a reforma agrária seja implantada no Brasil em clima de paz e concórdia". Ele ressaltou o esforço do ministro extraordinário da Política Fundiária, Raul Jungmann, para resolver o problema.

- A reforma agrária é um dos grandes desafios com que se depara o país. É claro que o desejável seria uma solução ampla, que atendesse de imediato a todos que têm vontade e disposição para produzir. Mas o Brasil não dispõe nem de recursos nem de pessoas para implantar a reforma agrária de que necessita de um ano para outro. E, ainda que os tivesse, a prudência e a cautela recomendariam que ela fosse feita por etapas. Não podemos, açodadamente, em



Casildo Maldaner

três anos, resolver um problema de cinco séculos - alertou.

Maldaner estranhou notícia publicada pela imprensa atribuindo a dom Evaristo Arns a defesa de invasão de terras, sob o argumento de que a reforma agrária deveria ter sido feita há 500 anos. "Católico fervoroso e temente a Deus, custo a crer nessas afirmativas. Até porque já vimos as conseqüências desses confrontos. A incitação de ânimos, com certeza, poderá ter resultados mais desastrosos", advertiu.

O senador destacou que, apesar do terreno adverso, muito se tem feito no sentido de implementar a reforma agrária. Somente durante o ano passado, segundo ele, foram assentadas 62 mil famílias. Essas, somadas às 43 mil assentadas em 1995, fazem um total de 105 mil famílias "que, nos dois últimos anos, conseguiram um pedaço de terra para plantar".

Para Maldaner, o processo da reforma agrária será acelerado nos próximos anos em função de duas novas leis: a do rito sumário nas desapropriações e a do aumento significativo da tributação sobre propriedades improdutivas. A primeira medida, segundo o senador, irá acelerar a liberação de terras e a outra propiciará o aumento do volume de terras a serem desapropriadas para fins de reforma agrária.

Manifestações no Congresso são preservadas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, esclareceu sexta-feira que a realização de manifestações políticas de caráter pacífico e ordeiro diante do prédio do Congresso Nacional não foi afetada pela decisão da Mesa de não mais permitir a utilização do local para eventos como o carnaval fora de época.

Antonio Carlos disse que fez questão de adotar a medida logo ao iniciar sua gestão na presidência do Senado, porque considera relevante preservar o espaço físico onde se encontra a sede do Poder Legislativo, a representação do povo brasileiro.

- Trata-se de um espaço muito importante para o Brasil, porque abriga a chefia de um Poder da República, e que não pode ser deteriorado - afirmou.

Além do carnaval fora de época de Brasília - a *Micarecandanga* - outras promoções como circos e barracas foram proibidas. Já as manifestações políticas continuam permitidas, desde que respeitem os limites costumeiramente observados quanto à proibição de faixas ou cartazes com dizeres ofensivos às instituições e de uso de sistemas de som que interfiram nas atividades normais dos parlamentares.

Gilvam aplaude CNBB pelo tema da Campanha da Fraternidade

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou sexta-feira que o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, relativo à situação da população carcerária no país, é oportuno e altamente meritório. Ele disse que os encarcerados são brasileiros que, à falta de oportunidades de sobrevivência, acabaram por ingressar no caminho da marginalidade.

Conforme o senador, a ação empreendida pela polícia na cidade de São Paulo para coibir a violência e a onda de assaltos resultou numa série de prisões, mas

o que ficou demonstrado, à seu ver, é que a maioria delas eram mendigos e desempregados de modo geral, "jogados nas ruas por absoluta carência econômica". Aí, segundo ele, está a origem da maior parte da população carcerária.

Gilvam Borges sugeriu que, no próximo ano, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aborde os problemas das mulheres, ao observar que a cada ano morrem cerca de 150 mil em consequência de abortos. O senador entende que, se a Igreja não apóia o direito de as mulheres decidirem sobre questões que as atingem dire-



Gilvam Borges

tamente, deve pelo menos "usar sua força junto ao povo para desencadear ampla campanha nacional sobre a utilização de meios anticoncepcionais".

Escórcio quer anistiar dívida municipal com INSS

Projeto do senador extingue débitos acumulados até 31 de dezembro de 1992, excluindo contribuições descontadas e não recolhidas dos empregados e dos trabalhadores avulsos

SINTONIZE A TV SENADO

Agora você pode acompanhar, dia a dia, todo o trabalho do Senado Federal, atento ao que se passa nas comissões e nas sessões plenárias, transmitidas ao vivo e em seguida em várias repetições. Basta sintonizar a TV Senado, pela operadora de TV a cabo da sua cidade. A TV Senado está no ar diariamente, de segunda a sexta-feira, das 9:30 da manhã até zero hora e 30 minutos. Aos sábados e domingos, a programação da TV Senado vai das 10 às 18 horas. Acompanhe o desempenho do senador do seu estado e forme você mesmo sua própria opinião. Sem intermediários.

Cidade	Operadora	Canal
Anápolis (GO)	Net	33
Arapongas (PR)	Net	35
Bagé (RS)	Net	16
Bal. Camboriú (SC)	Op. Indep.	20
Barro (SP)	Net	10
Bauru (SP)	Multicanal	39
Belo Horizonte (MG)	Multicanal	41
Belo Horizonte (MG)	Cabo Total	8
Bento Gonçalves (RS)	Net	11
Brasília (DF)	Net	53
Campo Grande (MS)	Multicanal	14
Catanduva (SP)	Net	3
Caxias do Sul (RS)	Multicanal	8
Chapeó (SC)	Net	3
Concórdia (SC)	Net	21
Criciúma (SC)	Net	17
Cruz Alta (RS)	Net	7
Curitiba (PR)	Net	35
Erechim (RS)	Net	23
Farroupilha (RS)	Multicanal	14
Farroupilha (RS)	Net	8
Florianópolis (SC)	Multicanal	43
Florianópolis (SC)	Net	44
Fortaleza (CE)	Op. Indep.	22
Fortaleza (CE)	RTC	45
Franca (SP)	Net	9
Goianira (GO)	Multicanal	14
Gov. Valadarens (MG)	Op. Indep.	29
Jaraguá do Sul (SC)	Net	21
Joaquima (SC)	Net	21
Jouville (SC)	Net	18

Cidade	Operadora	Canal
Jundiaí (SP)	Net	5
Lages (SC)	Net	21
Londrina (PR)	Net	35
Novo Hamburgo (RS)	Net	5
Passo Fundo (RS)	Net	18
Pelotas (RS)	Op. Indep.	3
Pelotas (RS)	Net	18
Piracicaba (SP)	Net	30
Porto Alegre (RS)	Net	17
Ribeirão Preto (SP)	Multicanal	14
Rio de Janeiro (RJ)	Net	35
Rio de Janeiro (RJ)	Rio Cabo	40
Rio de Janeiro (RJ)	Net	33
Rio Grande (RS)	Net	12
São José do Rio Preto (SP)	Multicanal	14
Santa Cruz do Sul (RS)	Net	48
Santa Maria (RS)	Net	47
Santa Maria (RS)	Net	50
Santos (SP)	Net	7
Santos (SP)	Multicanal	14
São Carlos (SP)	Net	6
São Paulo (SP)	Multicanal	14
São Paulo (SP)	TVA (a cabo)	63
São Paulo (SP)	Net	53
São Paulo (SP)	TVA-MMDS	66
Sorocaba (SP)	Multicanal	8
Uberlândia (MG)	Net	8
Umuarama (PR)	Net	35
Uruguaiana (RS)	Net	7
Uruguaiana (RS)	Net	17

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) apresentou sexta-feira projeto de lei que extingue as dívidas dos municípios junto ao INSS acumuladas até 31 de dezembro de 1992. São excluídas da proposição, entretanto, as contribuições, descontadas e não recolhidas ao INSS, dos empregados e dos trabalhadores avulsos.

Segundo o senador, a situação de penúria das contas públicas municipais justifica a medida. "Com receitas mensais muitas vezes insuficientes para pagar os salários do funcionalismo, os municípios estão impossibilitados de honrar suas dívidas junto ao INSS", argumentou.



Escórcio

Francisco Escórcio disse que sucessivos instrumentos legais têm concedido o parcelamento dos débitos, cancelado parte das dívidas, anistiado muitas sem, entretanto, viabilizar o pagamento dos débitos previdenciários dos municípios. Essas providências, conforme disse, revelaram-se meros paliativos.

- A situação pode ser considerada crítica em muitos municípios que estão na iminência de paralisar suas atividades por falta de verba - garantiu o senador. Para ele, o INSS superestimou os montantes devidos e os débitos dos municípios "atingiram quantias exorbitantes".

Conforme explicou Escórcio, mesmo os municípios que não optaram pela retenção automática, quando não conseguem pagar suas dívidas junto à Previdência, deixam de receber as parcelas do Fundo de Participação dos Municípios. Perdem, assim, "os recursos dos quais dependem substancialmente para sobreviver".

E em todo o País para os usuários do sistema Direct-to-Home, da TVA e do Sky Net.

Modernização da Biblioteca vai prosseguir

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou sexta-feira que vai dar continuidade ao trabalho de modernização da Biblioteca do Senado iniciado por seu antecessor, senador José Sarney, com especial destaque à preservação do acervo de obras raras e sua colocação ao alcance do público e da comunidade intelectual e científica.

- Vamos prosseguir e ampliar o trabalho já em curso e adotar providências destinadas à manutenção das obras raras e à divulgação da existência deste acervo de grande valor, mas ainda desconhecido - afirmou.

O objetivo da direção do Senado quanto à Biblioteca é mantê-la como um serviço de utilidade pública à comunidade, extrapolando a função de mero instrumento de apoio à atividade parlamentar. Para tanto, Antonio Carlos Magalhães determinou o exame dos orçamentos referentes aos planos de modernização do sistema de microfilmagem, ampliação das cabines de leitura, implantação de estantes mecanizadas e reforma do circuito de climatização e iluminação da sala de obras raras.

A Biblioteca do Senado é especializada em Direito, Economia e Sociologia, e lidera um *pool* de quinze bibliotecas gerenciadas. Já editou em CD-ROM e colocou na Internet a *Bibliografia Brasileira de Direito*. Desenvolve também o trabalho de preservação da memória parlamentar pela classificação e informatização dessas informações. Atualmente, está em curso o aproveitamento dos arquivos do ex-senador Luiz Vianna Filho, que inclui um manuscrito inédito de Machado de Assis.

Hollanda vê só vantagens na lei sobre doação de órgãos

Senador sugere campanha de esclarecimento e lembra que regulamentação vai resgatar a saúde de milhares de pacientes

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) disse sexta-feira que a regulamentação da lei sobre doação de órgãos deverá resgatar a saúde dos milhares de pacientes à espera de transplantes. Ele afirmou que engera inúmeras vantagens na lei e nenhum dos obstáculos até então apresentados. O senador anunciou que o Ministério da Saúde planeja a implantação de uma central nacional de transplantes.

Na opinião do senador, a atuação da imprensa e dos organismos de saúde será fundamental para o esclarecimento dos reais objetivos da lei. De acordo com Joel de Hollanda, a doação presumida - segundo a qual toda pessoa é doadora, a menos que expresse a negativa no documento de identidade ou na carteira de moto-



Joel de Hollanda

rista - é um dos pontos mais polêmicos da nova lei.

- Alguns viram, no dispositivo, um alento para o comércio clandestino de órgãos; outros alegaram a precariedade de centros para sua captação e até mesmo o despreparo dos médicos para atestar a morte encefálica - observou.

Para Joel de Hollanda, esses argumentos não se aplicam à lei. Quanto às alegações de que o novo documento facilitaria o

tráfico de órgãos, disse que o Ministério da Justiça informou não haver nenhum inquérito sobre esta prática. Ele lembrou que a lei exige, para a extração de órgãos, a comprovação de morte cerebral, feita mediante exame preciso, conforme critérios definidos pelo Conselho Federal de Medicina.

- A participação dos pacientes, de seus familiares, das instituições de saúde e de direitos humanos na gestão dos órgãos centrais de coordenação e no gerenciamento das listas será instrumento eficiente para se garantir a legalidade, a moralidade e a dignidade, tanto dos doadores quanto dos receptores - afirmou.

Em aparte, Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou ser necessária uma fiscalização para impedir o tráfico de órgãos.

Flaviano defende programa nacional de combate à hepatite

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) voltou a defender a necessidade de criação de um programa específico de combate à hepatite, "para evitar que a doença continue se alastrando e fazendo vítimas país afora".

- É preciso lembrar que até há pouco tempo se dizia não ser necessário um programa específico para o problema da Aids e hoje se comprova a importância desse trabalho. Da mesma forma defendo um programa específico de combate à hepatite - acrescentou.

Flaviano disse que o Acre é área considerada altamente endêmica e onde, segundo as autoridades sanitárias, aproximadamente 70% da popu-

lação possui o vírus ou anticorpo da hepatite. Segundo o senador, o caso é tão grave que a região tem uma associação de portadores da doença que conta com 1.500 portadores crônicos de hepatite B e C.

- Só para se ter idéia, 80% do sangue coletado no estado é descartado por causa da contaminação por hepatite. Dados do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Acre relativos a 1995 mostram, por exemplo, que do sangue colhido em 1.461 doadores mais da metade, precisamente 770, estão contaminados por hepatite B, que causa cirrose e câncer hepático - des-

taçou. Flaviano alertou para a falta de estrutura nos municípios, que não têm condições de diagnosticar a hepatite ou sequer fazer exame sorológico para transfusão de sangue. Para ele, o que agrava esta situação é o fato de que o portador pode ter o vírus e não desenvolver a doença, contribuindo para propagar a hepatite. Por isso, as autoridades sanitárias afirmam que mesmo com vacinação constante, a partir de agora, a doença só será controlada em 10 anos.



Flaviano Melo

Projeto Caboclo prevê comunidades autônomas

Objetivo da proposta de Darcy Ribeiro, adotada pelo Senado, é resgatar as formas de adaptação ecológica, herdadas de 10 mil anos de sabedoria indígena, em núcleos de 50 famílias

O "Projeto Caboclo - um Plano Alternativo de Ocupação da Amazônia", a ser adotado pelo Senado em homenagem ao seu idealizador, o senador Darcy Ribeiro, prevê a implementação de projetos modelos "que possam servir para provar que a ocupação permanente e ecologicamente equilibrada é possível na Amazônia". Seriam instaladas, experimentalmente, dez ou doze comunidades caboclas de 50 famílias em áreas de no mínimo 5mil ha de mata, "para ali refazerem as formas de adaptação ecológica que desenvolveram ou herdaram de 10 mil anos de sabedoria indígena".

Pelo projeto, a cada família deve-se assegurar uma renda mensal de um salário mínimo. A primeira tarefa da comunidade será plantar uma grande roça coletiva que garanta a sua subsistência, construir um casarão que sirva de centro de convívio, escola e igreja, e, ao redor desse casarão, 50 casas - todas edificadas segundo a prática cabocla de uso da madeira e das folhas de palmeiras.

O projeto prevê também que, uma vez implantada essa "base de sobrevivência", a comunidade se encarregará de



Darcy explicava seu projeto a senadores, numa de suas últimas ações no Senado

plantar bosques de árvores frutíferas - como cupuaçu, bacuri, castanha, açaí - e de explorá-los de modo semi-industrial, e de plantar madeiras de lei e árvores de uso industrial, como a seringueira. Simultaneamente, as famílias deverão cuidar de grandes criatórios de peixes, jacarés e tartarugas, e de espécies como cutias, pacas e capivaras, em regime de semidomesticação.

"Essa forma de ocupação, além de garantir o fundamental, que é uma farta subsistência das comunidades, lhes dará prosperidade econômica, permitindo que ao fim de seis

anos se tornem independentes e se organizem como cooperativas. Só esta alternativa de ocupação impedirá que os povos da floresta continuem sendo expulsos da terra e condenados a viver a vida famélica de Belém e de Manaus" - é o que afirma texto preparado pela Fundação Darcy Ribeiro.

Na justificativa do projeto, afirma-se que recentes estudos e simulações em computador apontam o prazo final da destruição da floresta amazônica para até o ano 2050, caso sejam mantidas as condições atuais de exploração:

- Acresce - continua o tex-

to - que inevitavelmente uns 20 milhões de brasileiros estarão vivendo na Amazônia nas próximas décadas, porque ela constitui um vazio demográfico onde operará uma vigorosa fronteira de expansão. Nessa dinâmica, a destruição será fatal se a expansão continuar a se dar da forma que se está dando atualmente, que é a loucura de querer converter a floresta em pastagem ou derrubá-la para plantar soja ou o que quer que seja.

O projeto, que teria a colaboração de organizações internacionais e entidades nacionais, é assinado por Darcy Ribeiro e pelos seguintes pesquisadores e especialistas: Warwick Kerr, Carlos Moreira, Adélia E. de Oliveira, Lúcia Rangel, Washington de Souza e Ana Lange, e coordenado pela Fundação Darcy Ribeiro, em convênio com a Associação Cristã de Pesquisa e Preservação do Meio Ambiente.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES NABOR JÚNIOR, JEFFERSON PERES E LÚDIO COELHO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.